

ANEXO V – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede na Rua dos Tupinambás, nº 956, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representado pelo seu **[CARGO]**, **[NOME]**, doravante denominada **Instituição Gerenciadora**, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc consolidado pela Resolução do Conselho Nacional nº 1.252/2012, **RESOLVE** registrar os preços para a execução do(s) item(ns) constante(s) no Edital, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO SESC EM MINAS Nº 0044/2022**, para Registro de Preços, com critério de julgamento por **MENOR PREÇO POR LOTE**, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa signatária constantes do **Quadro de Preços Registrados**, Anexo A desta **Ata de Registro de Preços (Ata)**, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar, observadas as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição, sob demanda, de materiais elétricos para atender ao Sesc em Minas, pelo período de 12 meses, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos do Edital de Licitação.

1.2. O **Fornecedor** e os respectivos preços unitários registrados constam do Quadro de Preços Registrados, Anexo A da presente **Ata**. Os produtos deverão ser entregues em conformidade com todas as especificações técnicas constantes no Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Sesc em Minas nº 0044/2022 e seus Anexos.

1.3. O fornecimento durante a vigência desta **Ata será executada em consonância com as disposições indicadas no Termo de Referência**, respeitada a periodicidade mínima e os prazos ali estipulados.

1.4 Constituem partes integrantes e indissociáveis deste instrumento, independentemente de transcrição, o Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Sesc em Minas nº 0044/2022 e seus Anexos, que originou a presente **Ata**, bem como o Quadro de Preços Registrados (Anexo A) e demais documentos do processo licitatório.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente **Ata** terá a validade de 12 (doze) meses, contada a partir da data de sua assinatura.

Minuta elaborada na fase interna do processo licitatório pela Gerência Corporativa Jurídica

ATRP nº.:
Processo nº.: 004005-00595
Enquadramento: 0044/2022

2.1.1. Excepcionalmente, a presente **Ata** poderá ser prorrogada, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc consolidado pela Resolução do Conselho Nacional nº 1.252/2012, desde que haja saldo suficiente para tanto e condicionada a pesquisa de mercado que demonstre que o preço praticado se mantém vantajoso para a **Instituição Gerenciadora**, podendo haver atualização (a maior ou a menor) dos preços registrados, mediante ainda negociação entre as partes.

CLÁUSULA III - DO PREÇO

3.1. Os preços que balizam a execução da presente **Ata** pelo(s) **Fornecedor(es)** signatário(s), são os valores unitários constantes do Anexo A deste instrumento, de acordo com a respectiva classificação, e neles já estão inclusas todas as despesas direta e indiretamente relacionadas ao seu correto fornecimento, inclusive impostos, taxas e tributos.

3.2. Os preços registrados constantes no Quadro de Preços Registrados - Anexo A da presente **Ata** serão fixos pelo período de 12 (doze) meses, salvo a superveniência de condições de mercado que alterem o equilíbrio econômico financeiro da ata, sendo adotada nestes casos os procedimentos previstos nos itens 3.3 e 3.4.

3.3. A **Instituição Gerenciadora** monitorará os preços registrados, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos do fornecimento cujos preços estão registrados.

3.4. A **Instituição Gerenciadora** convocará o **Fornecedor** para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado, e desde que eventual atualização (para cima ou para baixo) do preço registrado se demonstre vantajosa em relação ao mercado.

3.4.1. Caso seja frustrada a negociação, o **Fornecedor** será liberado do compromisso assumido.

3.4.2. Antes de receber o pedido de fornecimento, e caso seja frustrada a negociação, o **Fornecedor** poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove, mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

Minuta elaborada na fase interna do processo licitatório pela Gerência Corporativa Jurídica

3.4.3. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, a **Instituição Gerenciadora** poderá convocar os demais fornecedores classificados, nas mesmas condições ou revogar a **Ata** ou parte dela.

CLÁUSULA IV – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO/ LOCAL/SOLICITAÇÃO

4.1. O prazo para fornecimento dos produtos/execução dos serviços será aquele indicado no Termo de Referência-

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/RECEBIMENTO

5.1. O **Fornecedor** será obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta **Ata**, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

5.2. A solicitação para fornecimento dos produtos será pela **Instituição Gerenciadora**, **obedecidos os prazos no Termo de Referência**, que poderá ser encaminhado por qualquer meio idôneo ao **Fornecedor**, tais como, memorando, ofício, e-mail ou sistema próprio do **Fornecedor**, devendo dele constar a data, o fornecimento que deverá ser feito, o prazo, e assinatura do responsável.

5.3. É obrigatória a emissão de nota fiscal/fatura para todos os fornecimentos realizados.

5.4. O recebimento provisório e definitivo dos produtos acontece de acordo com os procedimentos previstos no Termo de Referência, observado o cumprimento de todas as normas exigidas para o fornecimento.

5.5. O **Fornecedor** é obrigado a providenciar às suas expensas a substituição do produto rejeitado no prazo estipulado pela **Instituição Gerenciadora**, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas neste instrumento e no Edital de Licitação e seus Anexos.

5.6. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o **Fornecedor** incorrendo em atraso e sujeito a aplicação das sanções previstas nesta **Ata** e no Edital de Licitação e seus Anexos.

5.7. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade do **Fornecedor** por eventuais defeitos ou vícios intrínsecos, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento desta **Ata**, sem prejuízo das sanções previstas no presente instrumento e no Edital de Licitação e seus Anexos.

5.8. O **Fornecedor** quando do recebimento do Formulário para o Fornecimento enviado pela **Instituição Gerenciadora**, deverá colocar na cópia que necessariamente o

Minuta elaborada na fase interna do processo licitatório pela Gerência Corporativa Jurídica

ATRP nº.:
Processo nº.: 004005-00595
Enquadramento: 0044/2022

acompanhar, a data e o horário em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

5.8.1. A cópia do Formulário para o Fornecimento referido no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da **Ata**.

5.9. O **Fornecedor** da presente **Ata** fica obrigado a aceitar o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o quantitativo demandado no último Pedido ao Fornecedor - PAF.

CLÁUSULA VI - DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. A subcontratação somente poderá ser realizada se expressamente autorizada pelo Termo de Referência, em etapas determinadas (parcial) e nas exatas condições ali previstas.

6.2. Ainda que admitida a subcontratação, a execução e qualidade do fornecimento subcontratado continuarão inseridos na esfera de responsabilidade do **Fornecedor**, que responderá integralmente por eventuais inadequações, vícios e/ou falhas no fornecimento.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

7.1. A **Instituição Gerenciadora** pagará ao **Fornecedor** o valor apurado conforme o fornecimento realizado, em consonância com os pedidos da **Instituição Gerenciadora** e o cumprimento dos prazos previstos neste instrumento e nos seus Anexos.

7.2. Após realizada a conferência e aceite formal por parte da **Instituição Gerenciadora**, o **Fornecedor** poderá emitir as notas fiscais ou outro documento idôneo de cobrança.

7.2.1. A emissão da nota fiscal e sua entrega ao **Fornecedor** não poderá transcorrer mais de 24 (vinte e quatro) horas.

7.2.2. A nota fiscal/fatura será emitida com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, proposta e constante nesta Ata, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz, e, ainda, em conformidade com as exigências legais, acrescida das seguintes informações e documentos:

- a)** Objeto do Contrato;
- b)** Número do Contrato;
- c)** Período de referência do faturamento;
- d)** Conta bancária, Banco e Agência;
- e)** Destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento (ISSQN, INSS, IRRF e outros), se houver;

Minuta elaborada na fase interna do processo licitatório pela Gerência Corporativa Jurídica

ATRP nº.:
Processo nº.: 004005-00595
Enquadramento: 0044/2022

- f) Destaque de valor relativo a qualquer retenção aplicada pela **Instituição Gerenciadora**, para produzir, exclusivamente, efeitos financeiros no ato de pagamento, não podendo alterar o valor total do documento fiscal;
- g) Comprovante de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual, Seguridade Social e com o FGTS, considerada na data de liquidação da despesa do **Fornecedor**.

7.3. Após o protocolo da nota fiscal/fatura e documentação, a **Instituição Gerenciadora** verificará o atendimento às condições estabelecidas no item 7.2. e seu subitem em até 10 (dez) dias consecutivos.

7.3.1. Caso seja constatada qualquer pendência relativa ao atendimento dos requisitos elencados no item 7.2. e seu subitem, a **Instituição Gerenciadora** devolverá toda a documentação e cientificará o **Fornecedor** da pendência verificada, observando-se o prazo estabelecido no item 7.3. que passará a ser contado da data de reapresentação da documentação à **Instituição Gerenciadora**, devidamente saneada.

7.3.2. A devolução de nota fiscal/fatura pela **Instituição Gerenciadora** não importará na suspensão do fornecimento pelo **Fornecedor**, ou a eximirá de realizar o pagamento devido a seus empregados ou de adimplir qualquer obrigação financeira decorrente da execução da Ata.

7.4. Quando do pagamento da nota fiscal/fatura, serão deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos e contribuições de qualquer esfera de governo (federal, estadual ou municipal), na forma e modo determinados na legislação vigente.

7.5. Os pagamentos serão efetuados em moeda nacional, por meio de ordem bancária, e ocorrerão conforme relacionado abaixo:

- a) As Notas Fiscais emitidas entre os dias **06 e 15** do mês corrente serão pagas no dia **05** do mês subsequente;
- b) As Notas Fiscais emitidas entre os dias **16 e 25** do mês corrente serão pagas no dia **15** do mês subsequente;
- c) As Notas Fiscais emitidas entre os dias **26 e 05** do mês corrente serão pagas no próximo dia **25**;

7.6. A **Instituição Gerenciadora** poderá sustar os pagamentos devidos ao **Fornecedor** e reter os créditos e/ou a garantia, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa:

- a) à liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- b) à existência de débitos para com a **Instituição Gerenciadora**;

Minuta elaborada na fase interna do processo licitatório pela Gerência Corporativa Jurídica

ATRP nº.:
Processo nº.: 004005-00595
Enquadramento: 0044/2022

c) à existência de débitos para com terceiros ou outros débitos de responsabilidade do **Fornecedor**, inclusive de natureza fiscal e trabalhista, relacionados com o fornecimento, que possam ensejar a responsabilização solidária ou subsidiária da **Instituição Gerenciadora**.

7.7. As ocorrências previstas no item 7.6. acima não constituem a **Instituição Gerenciadora** em mora e não geram direito à alteração de preços, atualização monetária, compensação financeira ou paralisação do fornecimento, reservando-se à **Instituição Gerenciadora** o direito de se utilizar dos pagamentos devidos ao **Fornecedor** para cobrir as pendências apuradas.

7.8. Fica vedada a emissão de duplicatas com base neste Ata, não se responsabilizando a **Instituição Gerenciadora**, em hipótese alguma, por seu pagamento.

7.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o **Fornecedor** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **Instituição Gerenciadora** será calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga; e

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)/365; I = 0,06/365; I = 0,00016438.

TX = percentual da taxa anual igual a 6%.

CLÁUSULA VIII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. Os preços registrados constantes no Quadro de Preços Registrados - Anexo A da presente **Ata** serão fixos pelo período de 12 (doze) meses.

8.2. Eventuais solicitações do **Fornecedor** com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados deverão ser acompanhadas da efetiva comprovação da superveniência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que acarrete grave desequilíbrio do Registro de Preços, não imputável diretamente ao **Fornecedor**, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos da presente **Ata**.

8.3. Os efeitos financeiros do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados na presente **Ata** serão devidos a contar da data de sua solicitação, por escrito, pelo **Fornecedor**.

8.4. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor

Minuta elaborada na fase interna do processo licitatório pela Gerência Corporativa Jurídica

originalmente constante da proposta do **Fornecedor** e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

8.5. Será considerado preço de mercado os que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **Instituição Gerenciadora** para determinado item, ou, ainda, os constantes de tabela realizada por órgãos de pesquisa contratados pela **Instituição Gerenciadora**, se for o caso.

CLÁUSULA IX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. É vedado ao **Fornecedor** descumprir total ou parcialmente as obrigações contratuais assumidas, considerando-se descumprimento contratual, dentre outras, as seguintes condutas:

I - Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras, previstas em contrato ou em instrumento equivalente e no termo de referência ou memorial descritivo;

II - Atraso no fornecimento de bens, na prestação de serviços ou na execução de obra ou de suas etapas;

III - Paralisação de obra, serviço ou fornecimento de bens sem autorização do Sesc em Minas;

IV - Entrega de mercadoria falsificada, furtada, roubada, receptada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso;

V – Alteração de qualidade ou quantidade dos serviços fornecidos;

VI - Prestação de serviço de qualidade inferior ao pactuado;

VII – Recusa injustificada do contratado em assinar o contrato ou documento equivalente, e/ou de receber o Pedido ao Fornecedor;

VIII – Não quitação de débitos junto ao Sesc em Minas.

9.2. É igualmente vedado ao **Fornecedor**, a conduta ou a omissão que configure descumprimento de qualquer previsão das normas internas do Sesc em Minas, dos princípios gerais do direito, ou da legislação vigente.

9.3. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a **Instituição Gerenciadora** poderá aplicar ao **Fornecedor**, separadas ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I – Multa moratória;

II – Multa por inadimplemento de até 25% do valor do contrato ou da licitação, quando inexistente o contrato;

III - Suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com o Sesc, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

IV – Rescisão unilateral por inadimplemento da contratada.

Minuta elaborada na fase interna do processo licitatório pela Gerência Corporativa Jurídica

ATRP nº.:
Processo nº.: 004005-00595
Enquadramento: 0044/2022

9.4. A aplicação das penalidades descritas nos incisos I a IV da cláusula 8.3, não é gradativa, de modo que a aplicação de uma penalidade mais grave independe da anterior aplicação de penalidade mais leve.

9.5. No caso de descumprimento, pelo **Fornecedor**, dos prazos previstos neste Contrato, em seus anexos ou nos demais documentos formalizados ao longo da vigência contratual, será aplicável multa moratória calculada no percentual de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do material, serviço, etapa ou marco contratual entregue em atraso.

9.5.1. Configurado o atraso, a multa apurada será descontada diretamente no pagamento fornecimento entregue em atraso, independente da aplicação das demais multas estipuladas nesta Cláusula.

9.6. A aplicação das multas previstas na cláusula 9.3 não impedem a incidência de indenização suplementar caso os prejuízos sofridos pela **Instituição Gerenciadora** excedam o valor da multa fixada.

9.7. O valor da multa aplicada poderá ser retido dos pagamentos devidos pelo **Instituição Gerenciadora** e da garantia contratual prestada pelo **Fornecedor**, quando houver.

9.8. Permanecendo saldo devedor, mesmo após a utilização da garantia e a retenção de créditos do **Fornecedor**, esta deverá realizar o seu pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados da sua notificação.

CLÁUSULA X - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E PRIVACIDADE

10.1. Em cumprimento às determinações da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o FORNECEDOR deverá:

- a)** Adotar medidas de segurança da informação compatíveis com volume de suas operações, bem como à sensibilidade das informações custodiadas, aptas a preservar a disponibilidade dos dados pessoais tratados em decorrência da execução deste instrumento, e que evitem acessos não autorizados, bem como previnam incidentes segurança que violem a integralidade e confidencialidade destes dados;
- b)** Garantir o sigilo dos dados pessoais acessados em razão do objeto contratado;
- c)** Comunicar ao Sesc em Minas em até 24(vinte e quatro) horas, a ocorrência (ainda que indícios) de incidentes de segurança que possam impactar os dados pessoais tratados em decorrência da execução deste instrumento;
- d)** Disponibilizar canal de acesso aos titulares de dados pessoais para exercício dos direitos previstos no art. 18 da LGPD, em consonância com a legislação regente;

Minuta elaborada na fase interna do processo licitatório pela Gerência Corporativa Jurídica

ATRP nº.:
Processo nº.: 004005-00595
Enquadramento: 0044/2022

- e) Colaborar com o Sesc em Minas para obtenção e gestão dos consentimentos que se façam necessários ao tratamento de dados na execução deste Contrato;
- f) Realizar a correção, eliminação, anonimização ou bloqueio de dados, quando notificada pelo Sesc em Minas a partir de requisição pelo titular, salvo se houver base legal para manutenção dos dados;
- g) Manter registro das operações de tratamento de dados que realizar, incluindo a seleção do método e das finalidades de tratamento, bem como a determinação da base legal aplicável;
- h) Indicar Encarregado de Dados (DPO), exceto se desobrigado por Lei ou por regulamento expedido pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;
- i) Vedar o compartilhamento de dados pessoais recebidos em razão deste Contrato com terceiros estranhos ao seu objeto, salvo se encaminhado a operador de uma das partes contratantes, ou quando determinado por Lei.

10.2. A inobservância das disposições indicadas no subitem anterior poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento ou na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente **Ata** poderá ser cancelada pela **Instituição Gerenciadora**, de pleno direito, caso ocorra qualquer das hipóteses previstas no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc consolidado pela Resolução do Conselho Nacional nº 1.252/2012, bem como pelo:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas, especificações ou prazos estabelecidos nesta **Ata** ou no Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Sesc em Minas nº 0044/2022 e seus Anexos, sem prejuízo das devidas sanções penais e administrativas cabíveis;
- b) lentidão do seu cumprimento, levando o **Fornecedor** a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- c) atraso injustificado no início do fornecimento;
- d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à **Instituição Gerenciadora**;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto desta **Ata**, se assim for decidido pela **Instituição Gerenciadora**;
- f) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- g) alteração de substância, qualidade ou quantidade dos serviços fornecidos;

Minuta elaborada na fase interna do processo licitatório pela Gerência Corporativa Jurídica

- h) associação do **Fornecedor** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que previamente avaliadas as transformações societárias em questão pela **Instituição Gerenciadora**, e consideradas prejudiciais à execução do contrato;
- i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução desta **Ata**, assim como as de seus superiores;
- j) cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- k) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do **Fornecedor**;
- l) dissolução da sociedade ou o falecimento do **Fornecedor**;
- m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que resulte em prejuízo ao fornecimento;
- n) razões de interesse da **Instituição Gerenciadora**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade competente;
- o) supressão, por parte do **Fornecedor** cujos preços foram registrados, acarretando modificação do valor total registrado além do limite permitido;
- p) suspensão de execução, por ordem escrita da **Instituição Gerenciadora**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, assegurado ao **Fornecedor**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- q) atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos ao **Fornecedor** decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao **Fornecedor** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- r) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do serviço;
- s) por razões de relevante interesse do Sesc em Minas, devidamente demonstradas e justificadas pela **Instituição Gerenciadora** no processo administrativo que deu origem à presente **Ata**;
- t) não atendimento aos normativos do Sesc em Minas pelo **Fornecedor**.

11.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, e consequente rescisão desta **Ata**, será mediante envio de correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo administrativo da presente **Ata**.

11.2.1. Na hipótese de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do **Fornecedor**, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União –

Minuta elaborada na fase interna do processo licitatório pela Gerência Corporativa Jurídica

ATRP nº.:
Processo nº.: 004005-00595
Enquadramento: 0044/2022

DOU e juntado o extrato nos autos, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da data de publicação, e consequente rescisão desta **Ata**.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Esta **Ata**, os pedidos de fornecimento conforme Termo de Referência e o Pedido ao Fornecedor - PAF dela decorrente que eventualmente venha a ser gerado representam todo o acordo entre as Partes com relação ao objeto neles previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações deverão ser realizadas por escrito e assinado pelos representantes de ambas as Partes.

12.1.1. Integram a presente **Ata** o **Anexo A - Quadro de Preços Registrados** e o **Anexo B - Formulário para Fornecimento**.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc consolidado pela Resolução do Conselho Nacional nº 1.252/2012 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, pelos Princípios Gerais de Direito.

12.3. O **Fornecedor** não poderá, em hipótese alguma, caucionar ou utilizar o presente instrumento para qualquer operação financeira.

12.4. O **Fornecedor** não poderá transferir ou ceder os direitos e obrigações deste instrumento, salvo com autorização prévia e expressa da **Instituição Gerenciadora**, que poderá, para tanto, exigir documentos e esclarecimentos.

12.5. A eventual abstenção da **Instituição Gerenciadora** do uso dos direitos a ele assegurados neste instrumento, ou a não aplicação de penalidades nele previstas, não será considerada novação ou renúncia.

12.6. Todas as notificações e entendimentos entre a **Instituição Gerenciadora** e O **Fornecedor** serão realizados formalmente, por escrito, nas ocasiões próprias, não sendo aceito nenhum entendimento verbal.

12.7. O foro da presente Ata é o da Comarca de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por assim estarem, concordes com as cláusulas da presente **Ata** e seus Anexos, assinam seus representantes em duas vias, para que se produzam os seus efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2022.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO

Minuta elaborada na fase interna do processo licitatório pela Gerência Corporativa Jurídica



ATRP nº.:
Processo nº.: 004005-00595
Enquadramento: 0044/2022

ESTADO DE MINAS GERAIS
[NOME]
INSTITUIÇÃO GERENCIADORA

[NOME]
[CNPJ]
[REPRESENTANTE]
FORNECEDOR

Testemunhas:

NOME:

NOME:

Minuta elaborada na fase interna do processo licitatório pela Gerência Corporativa Jurídica

SESC – Serviço Social do Comércio | Departamento Regional Minas Gerais | www.sescmg.com.br

Rua Tupinambás, 956 – Centro – Belo Horizonte/MG CEP 30.120-076 TEL +55 3279 1500

ATRP nº.:
Processo nº.: 004005-00595
Enquadramento: 0044/2022

ANEXO A – QUADRO DE PREÇOS REGISTRADOS

Este documento é parte integrante da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** para fornecimento, sob demanda, de materiais elétricos para atender ao Sesc em Minas, observado o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO SESC MINAS Nº 0044/2022, e contém o **FORNECEDOR** e os respectivos preços unitários registrados.

A) RESUMO E DADOS DO(S) FORNECEDOR(ES):

FORNECEDOR – LOTE XX
<p>PRESTADOR: NOME DO PRESTADOR CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX ENDEREÇO: ENDEREÇO COMPLETO TELEFONE: (XX)XXXX-XXXX EMAIL: EMAIL REPRESENTANTE LEGAL: NOME DO REPRESENTANTE LEGAL</p>

B) DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Registro de preços para fornecimento, sob demanda, conforme quadro abaixo:

LOTE XX

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						

Obs.: Nos preços registrados estão incluídos todos os insumos e os tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, previdenciários e encargos trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto demandado.

[NOME DO PRESTADOR]

CNPJ

PRESTADOR

Testemunhas:

Minuta elaborada na fase interna do processo licitatório pela Gerência Corporativa Jurídica

SESC – Serviço Social do Comércio | Departamento Regional Minas Gerais | www.sescmg.com.br

Rua Tupinambás, 956 – Centro – Belo Horizonte/MG CEP 30.120-076 TEL +55 3279 1500



ATRP nº.:
Processo nº.: 004005-00595
Enquadramento: 0044/2022

Minuta elaborada na fase interna do processo licitatório pela Gerência Corporativa Jurídica

SESC – Serviço Social do Comércio | Departamento Regional Minas Gerais | www.sescmg.com.br

Rua Tupinambás, 956 – Centro – Belo Horizonte/MG CEP 30.120-076 TEL +55 3279 1500

ATRP nº.:
Processo nº.: 004005-00595
Enquadramento: 0044/2022

ANEXO B - FORMULÁRIO PARA FORNECIMENTO

Este documento é parte integrante da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, decorrente do Edital de Licitação - **Pregão Eletrônico Sesc em Minas nº 0044/2022**, para fornecimento, sob demanda, de materiais elétricos para atender ao Sesc em Minas.

Nº DO PEDIDO: (PREENCHIMENTO DO FISCAL)	
FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CARGO E NOME)	
UNIDADE DEMANDANTE:	
ENDEREÇO DE ENTREGA:	
E-MAIL E TELEFONE DO FISCAL:	

SOLICITO EXECUÇÃO DO(S) SEGUINTE(S) ITEM (S)			USO DO FISCAL
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. SOLICITADA	QUANT. FORNECIDA
1			

Nenhum item deverá ser executado antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle.

O fornecimento de itens somente será procedido através de encaminhamento do presente FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO devidamente preenchido e assinado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços;

Este FORMULÁRIO deve ser impresso e anexado ao processo administrativo correspondente.

Minuta elaborada na fase interna do processo licitatório pela Gerência Corporativa Jurídica

SESC – Serviço Social do Comércio | Departamento Regional Minas Gerais | www.sescmg.com.br

Rua Tupinambás, 956 – Centro – Belo Horizonte/MG CEP 30.120-076 TEL +55 3279 1500